



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS
AO PROJETO DE LEI Nº 096-E-2025
RELATÓRIO

De autoria do Executivo, através da prerrogativa que lhe assiste na Lei Orgânica deste Município, protocolou na secretaria desta Casa o Projeto de Lei Complementar que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO AUXÍLIO PECUNIÁRIO, APOIA MULHER, DESTINADO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FAMILIAR E DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

No âmbito da Câmara Municipal, o projeto tomou forma de Projeto de Lei nº 096-E-2025 às fls. 02/03 com sua justificativa às fls. 04 e documentos às fls.05.

O projeto foi devidamente analisado pela Procuradoria da Câmara Municipal, exarando seu parecer pugnando por baixar em diligência, fls. 06/10

O Executivo, então, respondeu à diligência com a juntada do estudo de impacto para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, declaração de adequação orçamentária e financeira e emenda de técnica legislativa acrescentando a rubrica específica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, fls. 13/18.

Após os autos voltaram para a Procuradoria da Câmara Municipal, exarando seu parecer favorável às fls.19/22, com emendas técnicas às fls.23/24.

Após, os autos foram encaminhados para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que exarou parecer, pugnando pela constitucionalidade e legalidade do ao projeto, às fls.26/28 com emendas e subemendas técnicas legislativas, às fls. 29/31.

Em seguida os autos do projeto de lei foram encaminhados para a Comissão de Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural que exarou seu parecer pelo prosseguimento ao projeto, às fls. 33.

Após, os autos do projeto de lei foram encaminhados para a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Defesa das Crianças e Adolescentes e da Pessoa com Deficiência e Direito do Consumidor, que exarou seu parecer pelo prosseguimento ao projeto, às fls. 36.

Por fim, o referido r. parecer ser lido em Plenário os autos do projeto de lei vieram para esta comissão para análise e parecer.

E o relatório.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS
AO PROJETO DE LEI Nº 096-E-2025

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto dispõe sobre a criação do auxílio pecuniário Apoio Mulher, destinado a atender mulheres em situação de violência doméstica, familiar e de gênero no âmbito do Município de Conselheiro Lafaiete. A proposição estabelece benefício de natureza temporária, consistente no pagamento de três parcelas mensais, cada uma correspondente a um terço do salário mínimo, condicionadas à avaliação e ao acompanhamento técnico do Centro de Referência da Mulher, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O objetivo do programa é proporcionar suporte emergencial às vítimas, contribuindo para sua proteção, autonomia financeira e rompimento do ciclo de violência.

Nos termos do art. 89, III, do Regimento Interno, compete a esta Comissão analisar a admissibilidade orçamentária e financeira do projeto, especialmente quanto à compatibilidade com as leis orçamentárias e à existência de recursos suficientes para sua execução. Inicialmente, a ausência da estimativa de impacto orçamentário-financeiro motivou a emissão de diligência pela Procuradoria do Legislativo. Em resposta, o Executivo apresentou estudo detalhado contendo a previsão de impacto para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, tendo como base o valor das parcelas, o número médio de beneficiárias e os índices de reajuste aplicáveis.

Sob a ótica econômica e financeira, observa-se que o impacto projetado para o exercício de 2025 varia entre R\$ 6.072,00 e R\$ 25.300,00, a depender do cenário estimado, valores que representam percentual ínfimo do orçamento municipal, variando entre 0,0010% e 0,0042% do total anual. Para os exercícios de 2026 e 2027, os impactos também permanecem baixos, situando-se entre 0,0040% e 0,0101% do orçamento anual, conforme demonstram os documentos apresentados. Assim, verifica-se plena capacidade do Município de arcar com a despesa proposta, sem riscos ao equilíbrio fiscal ou às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Do ponto de vista legal, a despesa está amparada pelo atendimento aos arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exigem estimativa de impacto, adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o PPA, LDO e LOA, especialmente em se tratando de programa que gera despesa corrente por prazo determinado. A dotação orçamentária indicada para execução do benefício foi corretamente inserida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social,



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS
AO PROJETO DE LEI Nº 096-E-2025

constando a possibilidade de suplementação, caso necessário, respeitados os dispositivos legais aplicáveis.

Além da segurança jurídica e da compatibilidade com o planejamento fiscal, não se pode deixar de registrar a relevância social da medida. O auxílio Apoia Mulher, ao oferecer suporte financeiro imediato às vítimas de violência, contribui para a proteção da integridade física e psicológica das mulheres e para a redução de vulnerabilidades decorrentes da dependência econômica do agressor. A política pública, portanto, atende ao interesse local e se harmoniza com normas federais, notadamente com a Lei Maria da Penha, reforçando a atuação do Município na prevenção e enfrentamento da violência de gênero.

Assim, conclui-se que, sob os limites de competência desta Comissão, o projeto atende aos requisitos orçamentários, financeiros e tributários, não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser submetido ao Plenário para discussão e votação.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, concluímos pela inexistência de óbice para a tramitação do presente Projeto de Lei, pelos motivos acima expostos, devendo ser apreciado, discutido e votado pelo Plenário.

SALA DAS COMISSÕES, 27 DE NOVEMBRO DE 2025.


VEREADOR SAMUEL CARLOS DE SOUZA


VEREADOR PEDRO AMÉRICO DE ALMEIDA

VEREADOR ANGELINO CLÁUDIO PIMENTA NETO